

Campanha da Fiocruz promove abaixo-assinado contra a permissão de cigarros eletrônicos no Brasil

Mobilização do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da ENSP/Fiocruz busca alertar os riscos do uso dos dispositivos eletrônicos de fumo

Luana Dandara

O Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) lançou, *nesta segunda-feira (11)*, uma campanha para alertar sobre os riscos do uso e da possível liberação dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) no Brasil. Além de materiais informativos, com foco nas redes sociais, a campanha promove, ainda, um abaixo-assinado online para que a população se manifeste contra a autorização dos cigarros eletrônicos no mercado nacional pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O abaixo-assinado pode ser acessado no link <https://www.change.org/diga-nao-aos-cigarros-eletronicos>.

Os dispositivos eletrônicos para fumar, também conhecidos como cigarros eletrônicos, vaper, pod, e-cigarette, entre outras nomenclaturas, têm a comercialização, importação e propaganda proibida desde agosto de 2009, por resolução da Anvisa. Mesmo assim, segundo estimativas da BAT Brasil (antiga Souza Cruz), a maior empresa de tabaco do país, 2 milhões de brasileiros fazem uso dos cigarros eletrônicos.

Segundo Silvana Rubano Turci, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da ENSP/Fiocruz, nos últimos anos, a indústria do tabaco tem pressionado a Anvisa para a liberação do DEFs no país. A agência iniciou, em 2019, um processo regulatório para a discussão e atualização de informações técnicas sobre o tema dos cigarros eletrônicos. No início deste mês teve início uma etapa de participação social para recebimento de evidências técnicas e científicas relacionadas ao uso desses dispositivos. A decisão final cabe à Diretoria Colegiada.

A justificativa apresentada pela indústria do tabaco é de que os produtos oferecem menos prejuízos à saúde dos usuários, e funcionam como uma alternativa aos cigarros tradicionais. O argumento, no entanto, é rebatido pelo Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde. Silvana destaca que os cigarros eletrônicos também são produtos de alto risco e causam dependência.

“A Anvisa está sendo muito pressionada para liberar a comercialização e fabricação desses produtos. Por isso, essa campanha é tão importante nesse momento de definição. Não podemos admitir que mais um produto tóxico chegue ao mercado. É nossa obrigação, como órgão de ciência, mostrar que esses dispositivos eletrônicos não trarão benefício algum e também representam um risco para a saúde das pessoas”, afirmou ela.



Segundo Turci, o consumo dos dispositivos eletrônicos para fumar tem aumentado em todo o mundo, em especial entre o público jovem. Para piorar, grande quantidade de pessoas que não se interessariam pelo cigarro tradicional acaba utilizando o produto, já que ele tem design diferenciado e opções de sabores e odores.

“Ele tem um apelo tecnológico, de cores, sabores e cheiros que está mudando o perfil do usuário de cigarro, conquistando principalmente os mais jovens. Na verdade, trata-se de um produto muito parecido com o cigarro tradicional, mas com uma roupagem nova para que as pessoas se sintam diferenciadas ao utilizar. É apenas mais uma estratégia de marketing da indústria”, alertou.

Riscos para saúde e aumento do número de fumantes

Os cigarros eletrônicos expõem o organismo a uma variedade de elementos químicos perigosos. Entre eles, estão as nanopartículas de metal do próprio dispositivo, o propilenoglicol (líquido em que a nicotina é diluída, e que ao ser aquecido se transforma em formaldeído, substância cancerígena, e a própria nicotina. Existe, ainda, o risco de explosão do produto, como ocorreu em um caso em março de 2022, em Brasília, com um músico de 45 anos.

“É importante ressaltar que todo produto que envolve o aquecimento do tabaco gera nicotina. E isso inclui os cigarros eletrônicos. Em alguns casos, até em maior quantidade que os cigarros convencionais. Diversos estudos já comprovaram os riscos da nicotina para doenças cardiovasculares e respiratórias, dependência química e câncer”, pontuou Turci.

Além disso, um estudo do Instituto Nacional de Câncer (INCA), publicado em maio de 2021 (<https://www.inca.gov.br/imprensa/estudo-do-inca-alerta-sobre-risco-de-cigarros-eletronicos>), apontou que o uso de cigarro eletrônico aumenta em mais de três vezes o risco de experimentação de cigarro convencional entre quem nunca fumou, e mais de quatro vezes o risco de uso regular do cigarro, contribuindo para a desaceleração da queda do número de fumantes no país.

Caso os dispositivos eletrônicos para fumo sejam liberados no Brasil, o acesso a esses produtos será facilitado, com venda em bancas de jornal, bares e tabacarias, o que levará a um aumento significativo dos usuários e a um grande impacto na saúde, de acordo com avaliação de Turci. “Se hoje, o produto é proibido e o uso está sendo feito por uma parcela significativa dos jovens, com a liberação não temos como dimensionar os prejuízos. Isso com certeza impactará no número de doentes com câncer e problemas respiratórios e cardiovasculares, e nos atendimentos do SUS”, reforçou a pesquisadora.

A campanha contra a liberação dos dispositivos eletrônicos para fumo lançada nesta segunda envolve as unidades da Fiocruz do XXX. Serão divulgados diversos materiais informativos no Twitter e Facebook do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab-Fiocruz) e no Instagram da ENSP/Fiocruz. O abaixo-assinado contra a liberação dos dispositivos pode ser acessado no link. <https://www.change.org/diga-nao-aos-cigarros-eletronicos>.